

ARQUIVO 5

Artigo

**POLÍTICA ECONÔMICA E A COMPETITIVIDADE
O Papel do Estado**

Frederico Garcia Pedrosa*
Leonardo de Oliveira Martini
Nadejda Rodrigues Marques

Introdução

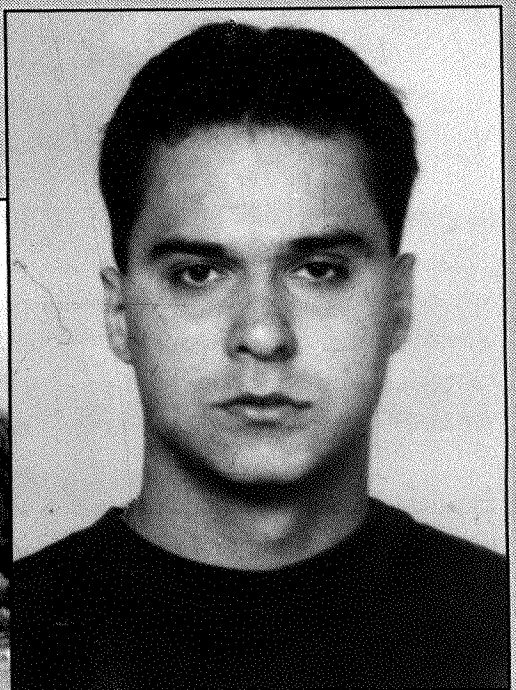
O estudo sobre competitividade torna-se fundamental para compreender o sistema mundial que sofre profundas alterações, desde o esgotamento do *Acordo de Bretton Woods*. O presente trabalho tem como objetivo sintetizar as condições e políticas essenciais para capacitar o Brasil ao enfrentamento de um cenário global mais competitivo. Dessa forma, busca-se definir e identificar os aspectos e características gerais do novo conceito de competitividade e as novas

atribuições do Estado. Serão analisados ainda a natureza dos índices de competitividade, suas implicações quer seja ao nível micro (empresas), quer seja ao nível macro (nações), uma vez que a elevação da compe-

titividade representa também e principalmente a elevação e melhoria do padrão de vida de suas populações.



Nadejda Rodrigues Marques



Frederico Garcia Pedrosa

Fundamentos da Competitividade: aspectos gerais e definições

Haja visto a extrema complexidade e diversidade de fatores inseridos na questão da competitividade muitos estudos evitam formalizar sua conceituação. No entanto, neste trabalho a competitividade é associada fundamentalmente à produtividade, envolvendo a qualidade do produto, a tecnologia produtiva e a eficiência da produção.

No contexto internacional, cada vez mais aberto e globalizado, insere-se a *Teoria das Vantagens Competitivas*. No âmbito da microeconomia os fatores internos são aqueles que se encontram, a princípio, sob controle da empresa, nos quais esta pode obter vantagens competitivas sobre seus concorrentes. Referem-se às condições de eficiência de que a empresa dispõe para atender ao mercado e resultam das próprias decisões estratégicas tomadas pela empresa quando estas definem suas políticas de preço, qualidade, prazo de entrega, investimento, marketing, decisões tecnológicas, gestão de produção, financeira, recursos humanos, etc. (ver WILLIAMSON, 1989: Cap.1).

É evidente que a estrutura de preços e custos de uma empresa é muito importante para a determinação de sua competitividade. Para que uma empresa seja competitiva no preço de seus produtos, sua estrutura de custos deverá ser compatível com os preços vigentes no mercado. No entanto, diferenças de preço podem

resultar da incorporação de fatores como qualidade, prazo de entrega, assistência técnica, marketing, capacidade de resposta às variações do mercado e outros, não significando que o produto de maior preço seja menos competitivo.

Quanto à qualidade, esta deve ser entendida como capacidade de adequação a um mercado específico, não significa melhor performance ou um nível elevado de sofisticação, mas sim a capacidade de se adequar a diferentes padrões de renda e consumo.

É importante considerar também a estratégia competitiva adotada pela empresa. As estratégias refletem a busca de vantagens competitivas sobre os concorrentes e pode se dar, por exemplo, através da definição do segmento do mercado a ser atendido, da avaliação dos fatores determinantes de competitividade naquele mercado e da adoção de meios para atendê-lo em melhores condições que os demais competidores naquela indústria. Certamente inclui decisões nas áreas de compra, seleção e treinamento pessoal, planejamento e gestão financeira, contabilidade e custos, sistemas de informação, controle de qualidade, design, P&D, marketing, além das decisões relacionadas à produção, como linhas de produtos, planejamento de capacidade, gestão da produção, tecnologia de processo, etc.

Os fatores externos são representados pelas políticas, isto é, a atuação do Estado como agente provedor de um ambiente favorável à criação e sustentação de vantagens competitivas por parte das firmas. Sob esse prisma tem grande peso a estabilidade econômica, taxas de juros, câmbio, transporte (sobretudo o sistema portuário), armazenagem, energia, comunicações e finalmente elementos de infra-estrutura técnico-científica e educacional (ensino básico e superior, instituto e centros de pesquisa, laboratórios, instituições de normalização e certificação de qualidade, ensino técnico especializado, etc. (ver RAMALHO, 1991).

De todos os impactos que o ambiente macroeconômico pode exercer sobre a competitividade, o mais importante é a determinação do nível de investimento. Por sua vez, o nível de investimento é determinado através das políticas monetárias e fiscal, taxa de juros, sistema tributário ou ainda a política cambial. Todos esses aspectos estão inseridos na preocupação com a estabilidade econômica. Pode-se, inclusive, admitir que no Brasil o ambiente inflacionário levava as empresas a secundarizar a melhoria da qualidade dos seus produtos ou o controle de custos, pois, seus ganhos assim obtidos eram normalmente neutralizados por mudanças nos níveis de preços absolutos e relativos. (ECIB, 1994).

**Amostra de Empresas - Fatores Determinantes das Estratégias
(Nº Total de Respondentes = 614)**

Principal Motivação da Estratégia Competitiva	% de Empresas
Retração do mercado interno	71,8
Avanço da abertura comercial no setor de produção da empresa	21,8
Avanço da abertura comercial nos setores compradores da empresa	11,1
Crescente dificuldade de acesso a mercados internacionais	13,2
Globalização dos mercados	26,4
Formação do Mercosul	20,0
Novas regulamentações públicas	12,4
Surgimento de novos produtos no mercado interno	17,4
Surgimento de novos produtores no mercado interno	14,0
Exigência dos consumidores	49,5
Elevação das tarifas de insumos básicos	22,0
Diretrizes dos programas governamentais	8,1

Fonte: Pesquisa de Campo do ECIB – Estudo da Competitividade Industrial Brasileira, 1992

**Amostra de Empresas - Estratégia de Financiamento dos Investimentos em Capital Fixo
(Nº Total de Respondentes = 644)**

Discriminação	% de Respostas
Apoiar-se em recursos gerados pela linha de produtos	74
Apoiar-se em recursos gerados por outras áreas do grupo	16
Recorrer ao crédito público	27
Recorrer ao crédito privado interno	24
Recorrer ao crédito externo	17
Recorrer a joint-ventures	6
Captar recursos nos mercados de valores internos	11
Captar recursos nos mercados de valores externos	4

Nota: A soma das percentagens ultrapassa 100% em virtude de múltiplas respostas permitidas.
Fonte: Pesquisa de Campo do ECIB – Estudo da Competitividade Brasileira, 1992

Por outro lado, a maioria das políticas de estabilidade adotadas tanto no Brasil antes do Real quanto nos outros países da América Latina, usualmente apresentavam um caráter recessivo comprometendo a competitividade da indústria local.

Embora significativa, a relação entre o déficit comercial e competitividade não pode ser delineada diretamente. Mudanças no resultado da balança comercial nem sempre refletem aumentos ou perdas de competitividade, e exemplos consagrados como

o japonês fogem à regra. Em geral a desvalorização da taxa de câmbio, embora favoreça as exportações pode ser uma solução de curto prazo, caso a indústria em outros países apresente ganhos de produtividade superiores aos da indústria doméstica.

A competitividade também é afetada pela disponibilidade de recursos financeiros. A escassez de recursos financeiros de longo prazo leva as empresas a recorrerem a fontes de curto prazo ou a cortarem investimentos, provocando uma queda na taxa de investimento e no nível de atividade econômica. O alto custo do financiamento é uma desvantagem competitiva.

Outro fator crucial citado anteriormente a respeito da determinação da competitividade é a infra-estrutura econômica. De forma bem sabida, a disponibilidade, a qualidade e a eficiência de recursos nas áreas de transporte, energia e comunicações são condições elementares para o crescimento da produtividade e manutenção da competitividade. Nes-

se contexto enquadra-se uma discussão particular quanto ao Custo Brasil e seu efeito perverso sobre os produtos e as empresas nacionais.

O conceito de infra-estrutura pode ainda ser estendido às condições de infra-estrutura técnico-científica e educacional. Com esse enfoque, enfatiza-se o desenvolvimento de recursos humanos. A elevação do padrão de vida (e consumo) da população (que exige políticas de redistribuição de renda e reforma agrária), bem com a utilização eficiente de uma infra-estrutura técnico-científica (com incentivos à educação básica e superior assim como de nível técnico) são comandos primordiais para uma política econômica brasileira. Atualmente, sua carên-

cia ou inexistência impactam não apenas empresas isoladas, mas sim o conjunto da economia.

Reveladas as principais características que afetam o ambiente da competitividade, faz-se necessário uma ressalva, a competitividade não é determinada apenas pelo ambiente macroeconômico. Países com características macroeconômicas semelhantes podem apresentar diferentes desempenhos industriais. Ou mesmo dentro de um país verifica-se desempenhos diferentes entre indústrias ou mesmo entre empresas. Ou seja, fatores macroeconômicos não determinam o grau de flexibilidade e rapidez de respostas a mudanças no mercado ou a incorporação de novas tecnologias. (ver POSSAS, 1993)

Política econômica e a competitividade: o Papel do Estado

O novo ambiente competitivo global inclui algumas tendências básicas a saber: emergência do complexo eletrônico como "motor" do dinamismo das novas tecnologias de informação e telecomunicações; transformação dos métodos de produção; difusão de automação industrial flexível e integrada de novas técnicas organizacionais que por sua vez, resultam em mudanças significativas nos processos fabris; novas relações de trabalho, capacitação de mão-de-obra; inovações nas formas de gestão e de organização empresarial; avanços das formas de interligação e integração intra e inter-empresas; aceleração dos investimentos diretos no exterior; rápido crescimento do comércio internacional; e a emergência de novas formas de concorrência entre grupos de empresas, através de redes de cooperação, alianças tecnológicas e outras alianças competitivas.

Nesse ambiente seletivo, as firmas têm como objetivo de produção a valorização do capital estando inseridas no sistema capitalista, mas sendo representadas por seres humanos, seres de limitações, inclusive quanto a sua racionalidade, mas que optam por uma lógica seletiva (seja ela a maximização de lucros ou não). Para alcançar seus objetivos valem-se de estratégias básicas, estabelecem rotinas e convenções minimizando a complexidade e incerteza do ambiente econômico.

No contexto dos anos 90, as estratégias tratam de fatores como a cumulatividade na diferenciação, isto é, as estratégias de diferenciação principalmente relacionadas com a tecnologia dos produtos são crescentes e cumulativas, a flexibilidade dos ativos tangíveis ou não, a sua natureza e as formas de tratamento das

incertezas. Os ativos intangíveis são preferíveis por serem normalmente ativos específicos de natureza não reprodutível e escassa, que por suas características intrínsecas diferenciam o possuidor e reforçam os ganhos diferenciais ou ganhos monopólios. (ver POSSAS, 1993: Cap.3)

Como visto, a competitividade não trata "simplesmente" da análise de preços. Quesitos como qualidade, prazo de entrega, marketing, serviços antes e pós-vendas, tecnologia e gerenciamento são cada vez mais importantes para a conquista de mercados. Além desses, fatores externos às empresas podem atuar como vantagens ou desvantagens competitivas. Sob esse aspecto procura-se identificar que tipo de política econômica industrial poderá atuar impulsionando a competitividade das empresas e da nação.

Conclusão

Primeiramente, o Brasil deve tirar proveito da conjuntura de sobrelíquidez mundial para solidificar investimentos, recuperar a confiança do setor privado, viabilizando a estabilização com desenvolvimento competitivo. Políticas recomendadas pelo Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB) de 1994 apontam desde o controle sobre os fluxos cambiais, para captar poupanças estáveis de médio e longo prazos, até o saneamento dos estrangulamentos nas áreas de infra-estrutura. Ou seja, o Estado deve ser definido como um agente provedor de um ambiente favorável à criação de vantagens competitivas por parte das firmas. Referem-se às políticas de estabilidade da economia, taxa de juros, câmbio, estrutura tributária, política salarial, bem como a infra-estrutura econômica (transporte rodoviário, sistema portuário, armazenagem, energia e comunicações) e ele-

mentos de infra-estrutura técnico-científica e educacional (ensino básico e superior, instituto e centros de pesquisa, laboratórios, instituições de normalização e certificação de qualidade, ensino técnico especializado).

De forma mais particular, sobre os investimentos externos e os desajustes da balança comercial, o Estado pode adotar políticas de elevação dos preços dos produtos locais no mercado externo e conceder ao agente privado um horizonte mínimo de planejamento das suas atividades. Simultaneamente, deve tratar do aperfeiçoamento e efetivação de um sistema de financiamento de exportações, incluindo a provisão de seguros e garantias, compensando falhas dos mercados financeiros e de seguros internacionais, mundialmente reconhecidas, bem como a atuação de governos estrangeiros nessa área.

O Estado deve ainda promover de forma efetiva a criação de externa-

lidades favoráveis ao investimento direto estrangeiro através do desenvolvimento de parcerias, associações e projetos conjuntos com empresas brasileiras; a regulamentação e a implementação dos direitos de propriedade intelectual, de forma equânime e estável, visando atrair capitais e parcerias em áreas de alto conteúdo tecnológico.

O Estado deve tratar de forma consistente e responsável as restrições setoriais remanescentes (mineração, telecomunicações e petróleo), assegurada a regulação competente e eficaz do interesse público, à luz das alternativas de *joint ventures*, parcerias e privatização. Atuando também como regulador da atividade concorrencial coibindo desvios de conduta segundo os critérios de bem-estar social e abusos econômicos tão aclamados pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Fontes Bibliográficas

COUTINHO, L. e FERRAZ, J. C. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*. Ed. Unicamp e Papreus, Campinas, 1994.

RAMALHO, Yolanda M. M. *Competitividade: Conceituação e*

Fatores Determinantes. Departamento de Estratégias de Desenvolvimento - DEESD, textos para discussão, Março de 1991.

POSSAS, Maria S. *Concorrência e*

Competitividade, Campinas, UNICAMP, 1993.

WILLIANSO, John. *A Economia Aberta e a Economia Mundial*. Ed. Campus, 1989